

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	8
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração	11
----------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	34
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	66.729
Preferenciais	0
Total	66.729
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	20/12/2017	Ordinária		0,05672
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2017	Dividendo	20/12/2017	Ordinária		0,01146
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2017	Dividendo	20/12/2017	Ordinária		0,20454
Reunião do Conselho de Administração	30/11/2017	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,05771
Reunião do Conselho de Administração	28/12/2017	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,00488

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	74.610	91.301
1.01	Ativo Circulante	13.371	2.413
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.366	2.407
1.01.01.02	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	13.366	2.407
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5	6
1.01.08.03	Outros	5	6
1.01.08.03.02	Outros	5	6
1.02	Ativo Não Circulante	61.239	88.888
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	61.239	57.391
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	61.239	57.391
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	61.239	57.391
1.02.02	Investimentos	0	31.497
1.02.02.01	Participações Societárias	0	31.497
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	0	31.497

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	74.610	91.301
2.01	Passivo Circulante	9.780	8.919
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.548	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.548	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.548	0
2.01.05	Outras Obrigações	4.232	8.919
2.01.05.02	Outros	4.232	8.919
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.177	8.837
2.01.05.02.04	Tributos e Contribuições Sociais	20	42
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	35	40
2.02	Passivo Não Circulante	0	7.395
2.02.03	Tributos Diferidos	0	7.395
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	7.395
2.03	Patrimônio Líquido	64.830	74.987
2.03.01	Capital Social Realizado	42.745	42.745
2.03.02	Reservas de Capital	9.287	9.287
2.03.04	Reservas de Lucros	12.798	22.198
2.03.04.01	Reserva Legal	8.550	8.550
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	4.248	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	13.648
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	757

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.583	20.280
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-662	-1.629
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.245	21.076
3.04.04.01	Reconhecimento inicial de ativo financeiro	0	20.918
3.04.04.02	Resultado de alienação de investimento	3.011	158
3.04.04.03	Ajuste a valor justo de investimento	1.234	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	833
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.583	20.280
3.06	Resultado Financeiro	3.384	4.923
3.06.01	Receitas Financeiras	4.431	5.447
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.047	-524
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.967	25.203
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.458	-7.005
3.08.01	Corrente	-930	0
3.08.02	Diferido	2.388	-7.005
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.425	18.198
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	8.425	18.198
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,12626	0,27272
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,12626	0,27272

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	8.425	18.198
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-757	757
4.02.07	Ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	-757	757
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.668	18.955

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-104	-938
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-80	-1.209
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	6.967	25.203
6.01.01.02	Juros e Variações monetárias	-3.006	-4.769
6.01.01.03	Reconhecimento inicial de ativo financeiro	0	-20.918
6.01.01.04	Resultado de avaliação do investimento	-3.011	-158
6.01.01.05	Resultado Equivalência Patrimonia	0	-833
6.01.01.06	Despesa de Tributos	204	266
6.01.01.07	Ajuste a valor justo de investimento	-1.234	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-24	271
6.01.02.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	0	256
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-19	-6
6.01.02.04	Contas a Pagar e outros	-5	21
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	34.595	238
6.02.01	Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	-272	0
6.02.02	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	272	0
6.02.03	Alienação de investimento	34.595	238
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-23.532	-3.708
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-23.532	-3.708
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10.959	-4.408
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.407	6.815
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.366	2.407

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	42.745	9.287	22.198	0	757	74.987
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	42.745	9.287	22.198	0	757	74.987
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-13.648	-4.177	0	-17.825
5.04.06	Dividendos	0	0	-13.648	0	0	-13.648
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.177	0	-4.177
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.425	-757	7.668
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.425	0	8.425
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-757	-757
5.05.02.06	Ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	0	0	0	0	-757	-757
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.248	-4.248	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.248	-4.248	0	0
5.07	Saldos Finais	42.745	9.287	12.798	0	0	64.830

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	42.822	9.870	12.311	0	232	65.235
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	42.822	9.870	12.311	0	232	65.235
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-77	0	9.902	-18.213	0	-8.388
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.746	0	0	-3.746
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.800	0	-3.800
5.04.08	Redução de Capital	-77	0	0	0	0	-77
5.04.09	Dividendos Complementares	0	0	0	-765	0	-765
5.04.10	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	13.648	-13.648	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-583	0	18.198	525	18.140
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.198	0	18.198
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	525	525
5.05.02.06	Efeito reflexo custo atribuído ativo imobilizado	0	0	0	0	-571	-571
5.05.02.07	Efeito reflexo entidades de previdência privada	0	0	0	0	339	339
5.05.02.08	Ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	0	0	0	0	757	757
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	-583	0	0	0	-583
5.05.03.02	Realização de reserva reflexa	0	-583	0	0	0	-583
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-15	15	0	0
5.06.04	Reversão de Reservas	0	0	-15	15	0	0
5.07	Saldos Finais	42.745	9.287	22.198	0	757	74.987

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-662	-1.629
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-662	-1.629
7.03	Valor Adicionado Bruto	-662	-1.629
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-662	-1.629
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.833	27.098
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	833
7.06.02	Receitas Financeiras	3.588	5.189
7.06.03	Outros	4.245	21.076
7.06.03.02	Ajuste a valor justo de investimento	1.234	0
7.06.03.03	Alienação de Investimento	3.011	158
7.06.03.04	Reconhecimento Inicial de Ativo Financeiro	0	20.918
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.171	25.469
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.171	25.469
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-1.254	7.271
7.08.02.01	Federais	-1.254	7.271
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.425	18.198
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	4.177	0
7.08.04.02	Dividendos	0	18.198
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.248	0

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(valores expressos em milhares de reais)

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Bonaire Participações S.A. (“Bonaire” ou “Companhia”) submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados comparativos em relação ao exercício de 2016, exceto quando especificado em contrário.

Perfil Corporativo

A Bonaire é uma sociedade por ação, de capital aberto, atualmente com sede na Cidade e no Estado do Rio de Janeiro, constituída em 29 de agosto de 1997, que tem por objeto a participação como acionista da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, de forma direta ou indireta, bem como em empresas em que os acionistas diretos ou indiretos da CPFL venham a participar como quotista ou acionista.

A sua atividade preponderante era a participação como acionista da *holding* CPFL Energia S.A. (“CPFL”), que através de suas subsidiárias: (i) distribui energia elétrica para consumidores em suas áreas de concessão, (ii) gera energia elétrica e está desenvolvendo projetos de geração e (iii) comercializa energia elétrica e fornece serviços de valor agregado relacionados ao setor elétrico.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de novembro de 2017 foi deliberada a adesão à Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da CPFL Energia (“OPA”). Conseqüentemente, em 30 de novembro de 2017, foi alienada a totalidade de ações da CPFL Energia detidas pela Companhia.

Com a alienação acima mencionada, a Bonaire deixou de ter participação em outras sociedades, ficando a cargo de sua Administração analisar e decidir sobre a continuidade da Companhia, considerando que a Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária e possui créditos fiscais a serem restituídos pela Receita Federal.

Aspectos Econômicos e Financeiros

Receita Financeira

Em 2017, a Bonaire registrou receita financeira líquida de R\$ 3.385 (R\$ 4.923, em 2016) composta, basicamente, pelo rendimento sobre as aplicações financeiras e atualização monetária de impostos e recuperar, classificados no ativo não circulante cujo saldo é atualizado pela taxa SELIC.

Despesas Gerais e Administrativas

Em 2017 as despesas gerais e administrativas somaram R\$ 662 (R\$ 1.629, em 2016) devido, principalmente, às despesas com publicações legais e com a contratação de assessores e advogados. Por tratar-se de uma empresa de participação, as atividades da Bonaire são realizadas por seus diretores, não havendo funcionários contratados.

Relatório da Administração

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido da Bonaire, ao final do exercício de 2017, foi de R\$ 8.425, apresentando um decréscimo de 53,70% em relação ao ano anterior (R\$ 18.198, em 2016) e correspondeu a um lucro básico por ação ordinária de R\$ 0,12627 (R\$ 0,27272 em 2016).

Remuneração dos Acionistas

A Política Indicativa de remuneração anual mínima aos acionistas assegura a previsibilidade quanto ao recebimento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio calculados em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme disposto no artigo 31 do estatuto social da Companhia:

“Artigo 31:

A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Único: As demonstrações contábeis demonstrarão a proposta da administração de destinação da totalidade do lucro líquido do exercício, se houver, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral.”

Em linha com esse compromisso, a Bonaire anuncia a distribuição do resultado do exercício social de 2017, conforme a seguir:

	2017
Lucro líquido do exercício	8.425
(-) Reserva Legal - 5%	-
Base de distribuição	8.425
JCP deliberados em RCA imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios	4.177
Reserva de lucros a realizar	4.248
Percentual de proventos distribuídos em relação ao lucro líquido do exercício	49,58%

Mercado de Capitais

As ações ordinárias da Bonaire são listadas no Mercado de Balcão Organizado da BM&FBOVESPA sob o código BNPA3B. As mesmas não possuem um mercado ativo de negociação.

Audidores Independentes

A BDO RCS Auditores Independentes foi contratada pela Bonaire para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações contábeis da companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a BDO não prestou, em 2017, serviços não-relacionados à auditoria externa. O mesmo ocorreu em relação aos auditores do exercício social de 2016, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2018

Martin Roberto Glogowsky
Diretor presidente

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	13.366	2.407
Outros		5	6
Total do circulante		13.371	2.413
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	(5.1)	61.239	57.391
Investimentos em outras sociedades	(6)	-	31.497
Total do não circulante		61.239	88.888
TOTAL DO ATIVO		74.610	91.301
Passivo			
Circulante			
Dividendos e juros sobre capital próprio	(8.2)	4.177	8.837
Tributos e contribuições Sociais	(7)	5.568	42
Contas a pagar		33	38
Outros passivos circulantes		2	2
Total do circulante		9.780	8.919
Não circulante			
Tributos e contribuições sociais diferidos	(5.3)	-	7.395
Total do não circulante		-	7.395
Patrimônio líquido			
Capital social	(8)	42.745	42.745
Reserva de capital		9.287	9.287
Reservas de lucros		12.798	8.550
Dividendo adicional proposto		-	13.648
Outros ajustes de avaliação patrimonial		-	757
Total do patrimônio líquido		64.830	74.987
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		74.610	91.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

		2017	2016
	Nota		
Receitas (despesas) operacionais			
Resultado de equivalência patrimonial	(6)	-	833
Despesas administrativas	(10)	(662)	(1.629)
Resultado de alienação do investimento	(6.1)	3.011	158
Reconhecimento inicial de ativo financeiro	(6)	-	20.918
Ajuste a valor justo de investimento	(6)	1.234	-
		3.583	20.280
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos			
Receitas financeiras		4.664	5.713
Despesas financeiras		(1.280)	(790)
Receita financeira líquida	(11)	3.384	4.923
Resultado antes dos impostos		6.967	25.203
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(5.2)	(930)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(5.3)	2.388	(7.005)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8.425	18.198
Lucro líquido básico por ação (em R\$)	(9)	0,12626	0,27272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.**
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	8.425	18.198
Outros resultados abrangentes:		
Ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	<u>(757)</u>	<u>757</u>
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	7.668	18.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de Capital		Reserva de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Patrimônio líquido
	Capital Social	Bonaire	CPFL	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	42.822	9.287	583	8.565	-	3.746	232	65.235
Redução de Capital	(77)							(77)
Ajuste Reflexo custo atribuído ativo imobilizado							(571)	(571)
Ajuste reflexo Entidades de previdência privada							339	339
Reversão de reserva reflexa CPFL			(583)					(583)
Ganhos ref. ativo financeiro, classificado como disponível para venda							757	757
Aprovação de proposta de dividendos adicionais						(3.746)		(3.746)
Lucro líquido do exercício							18.198	18.198
Reversão de reserva legal				(15)				15
Juros sobre capital próprio deliberados							(3.800)	(3.800)
Dividendos complementares							(765)	(765)
Dividendos adicionais propostos						13.648	(13.648)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	42.745	9.287	-	8.550	-	13.648	757	74.987
Ganhos ref. ativo financeiro, classificado como disponível para venda							(757)	(757)
Aprovação de proposta de dividendos adicionais						(13.648)		(13.648)
Lucro líquido do exercício							8.425	8.425
Juros sobre capital próprio deliberados							(4.177)	(4.177)
Retenção de lucros					4.248		(4.248)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	42.745	9.287	-	8.550	4.248	-	-	64.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos	6.967	25.203
Ajustes para:		
Juros e variações monetárias	(3.006)	(4.769)
Despesa com tributos	204	266
Resultado da equivalência patrimonial	-	(833)
Ajuste a valor justo do investimento	(1.234)	-
Resultado de alienação de investimento	(3.011)	(158)
Reconhecimento inicial de ativo financeiro	-	(20.918)
	(80)	(1.209)
Aumento (redução) de Ativos e Passivos	(24)	271
Dividendos recebidos e propostos	-	256
Impostos retidos na Fonte	(19)	(6)
Contas a pagar e outros	(5)	21
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	(104)	(938)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	(272)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	272	-
Alienação do investimento	34.595	238
	34.595	238
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(23.532)	(3.708)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamento	(23.532)	(3.708)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalente de caixa	10.959	(4.408)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.407	6.815
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	13.366	2.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas	-	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(662)	(1.629)
Valor adicionado bruto	<u>(662)</u>	<u>(1.629)</u>
Retenções	-	-
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	<u>(662)</u>	<u>(1.629)</u>
Valor adicionado recebido em transferência	7.833	27.098
Receitas Financeiras	3.588	5.189
Equivalência patrimonial	-	833
Ajuste a valor justo do investimento	1.234	-
Alienação de investimento	3.011	158
Reconhecimento inicial de ativo financeiro	-	20.918
Valor adicionado total a distribuir	<u>7.171</u>	<u>25.469</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>7.171</u>	<u>25.469</u>
Impostos, taxas e contribuições	(1.254)	7.271
Remuneração de capitais próprios	8.425	18.198
Dividendos e juros sobre o capital próprio	4.177	18.198
Lucros retidos	4.248	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Bonaire Participações S.A. (“Bonaire” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 29 de agosto de 1997, que tem por objeto a participação como acionista da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, de forma direta ou indireta, bem como em empresas em que os acionistas diretos ou indiretos da CPFL venham a participar como quotista ou acionista.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua da Assembleia, nº 10, 37ª andar, sala 3701 (parte), Centro, na Cidade e no Estado do Rio de Janeiro.

A atividade preponderante da Companhia era a participação direta como acionista da *holding* CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”), que através de suas subsidiárias: (i) distribui energia elétrica para consumidores em suas áreas de concessão, (ii) gera energia elétrica e está desenvolvendo projetos de geração e (iii) comercializa energia elétrica e fornece serviços de valor agregado relacionados ao setor elétrico.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de novembro de 2017 foi deliberada a adesão à Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da CPFL Energia (“OPA”). Consequentemente, em 30 de novembro de 2017, foi alienada a totalidade de ações da CPFL Energia detidas pela Companhia, conforme descrito na nota explicativa 6.

Com a alienação acima mencionada, a Bonaire deixou de ter participação em outras sociedades, ficando a cargo de sua Administração analisar e decidir sobre a continuidade da Companhia, considerando que a Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária e possui créditos fiscais a serem restituídos pela Receita Federal.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 20 de março de 2018.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Notas Explicativas

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos na determinação e no registro de estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

i) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

O principal ativo financeiro que a Companhia tem classificado nesta categoria é o caixa e equivalente de caixa.

Notas Explicativas

- Passivos financeiros:

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui passivos financeiros relevantes.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social:

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.2 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como empréstimos e recebíveis mensuradas ao custo amortizado e, portanto, estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos “*pro-rata temporis*” até a data do encerramento do exercício.

3.4 Impostos e contribuições a recuperar

São demonstrados pelos valores originais, atualizados monetariamente de acordo com as disposições legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

3.5 Outros ativos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores de custo e, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização.

3.6 Investimentos

O CPC 18 (R2) define que influência significativa é o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. Desta forma a Companhia adotava o Método de Equivalência Patrimonial em Coligada para avaliação de seu investimento na CPFL Energia.

Em 18 de setembro de 2016, a Companhia deixou de fazer parte do Bloco de Controle da CPFL Energia em decorrência da venda, para o seu principal acionista - Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações (“Energia SP FIA”), de 10.000 ações ordinárias vinculadas ao Acordo de Acionistas da investida CPFL Energia. Deste modo, seguindo a orientação do CPC 18 (R2) “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, a Companhia deixou de aplicar o método de equivalência

Notas Explicativas

patrimonial, sendo requerida a avaliação do investimento pelo valor justo, conforme evidenciado na nota explicativa 6.

De acordo com o CPC 38 “Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração”, um ativo financeiro é classificado como disponível para venda quando o propósito para o qual foi adquirido não é aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, bem como não há a intenção de manter as aplicações até o vencimento ou ainda quando não estão enquadrados nas demais categorias. O reconhecimento inicial pelo valor justo é contabilizado no resultado, e as variações posteriores decorrentes de avaliação ao valor justo são registradas no resultado abrangente, líquidos de efeitos tributários.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

Para valorização a valor justo do investimento a Companhia utilizou como referência o preço das ações ordinárias da CPFL Energia (CPFE3) negociadas em bolsa.

3.7 Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.8 Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social.

De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações contábeis após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de “Dividendo adicional proposto”, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários. A declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários só é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre o capital próprio recebem o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio é contabilizado a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação.

3.9 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Notas Explicativas

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber /compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes do exercício são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no ajuste de avaliação patrimonial que já são reconhecidos líquidos destes efeitos fiscais.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quanto aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.11 Reconhecimento das receitas

A receita é reconhecida pela Companhia na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A principal receita que a Companhia fez jus está discriminada a seguir:

Receitas financeiras - Abrange receitas incidentes em juros auferidos sobre aplicações financeiras e atualizações monetárias incidentes sobre impostos a recuperar.

3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41.

3.13 Novas normas e interpretações adotadas

Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2017:

Alterações à IFRS – Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2014-2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28

As alterações incluídas nas Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2014-2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28 não tiveram impacto significativo sobre as divulgações ou valores reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

- IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa – Alterações à IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)

Tal alteração tem por objetivo fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto

Notas Explicativas

as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.

A aplicação destas alterações não causou impactos relevantes em suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

IAS 12 Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)

Tal alteração visa esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.

A aplicação destas alterações não causou impactos relevantes em suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e conseqüentemente a Companhia não as adotou, seguem abaixo:

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)

Estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em duas categorias: (i) mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles estão detidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

A adoção está prevista para a partir de 1º de janeiro de 2018, incluindo as alterações relacionadas ao *impairment*, mensuração e classificação.

Com base em uma avaliação preliminar da adoção inicial desta alteração, a Companhia estima que não haverá impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	13.366	2.407
	<u>13.366</u>	<u>2.407</u>

Notas Explicativas

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que se aproximam do seu valor de mercado.

As aplicações financeiras realizadas pela Bonaire consistem em aplicação no fundo de investimento de curto prazo, Bradesco FIC FI referenciado DI Especial, administrado pelo Banco Bradesco S.A. e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em operações de renda fixa no curto prazo, com o objetivo de acompanhar a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Estas aplicações possuem característica de atender compromissos de curto prazo, são imediatamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança no valor.

5 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

5.1 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os tributos compensáveis são compostos, principalmente, por imposto de renda retido na fonte incidente sobre aplicações financeiras e antecipações de imposto de renda e contribuição social.

Os saldos são compostos como se segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Não circulante		
Imposto de renda antecipado	54.784	52.143
Contribuição social antecipado	6.427	5.243
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	28	5
	<u>61.239</u>	<u>57.391</u>

No ativo não circulante, a Companhia mantém os créditos tributários não utilizados no ano corrente além de imposto de renda retido na fonte incidente no resgate de aplicações financeiras mantidas pela Companhia.

A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagos a maior e não utilizados para a compensação dos tributos correntes. Em 31 de dezembro de 2017, o montante pleiteado corresponde a R\$ 55.672.

Notas Explicativas

5.2 Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

	2017		2016	
	IR 25%	CSLL 9%	IR 25%	CSLL 9%
Alíquota do imposto de renda e contribuição social - Legislação				
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	6.967	6.967	25.203	25.203
IRPJ e CSL - Alíquota Nominal	(1.742)	(627)	(6.301)	(2.268)
Outros	24	-	-	-
Equivalência Patrimonial	-	-	208	75
Dividendos	68	25	-	-
Benefício dos Juros sobre Capital Próprio	1.044	376	950	342
Outros Resultados Abrangentes Reflexos	(72)	(26)	-	-
Crédito fiscal utilizado (não constituído)	1.756	632	(9)	(3)
Subtotal	1.078	380	(5.152)	(1.854)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social - Em relação ao lucro	-15,48%	-5,45%	20,44%	7,36%
Imposto de renda e contribuição social no resultado	677	253	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.756)	(632)	5.151	1.854

5.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Créditos fiscais não constituídos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 14.096, que corresponde a 34% sobre o saldo de prejuízo no valor de R\$ 41.458 (R\$ 16.485, que corresponde a 34% sobre o saldo de R\$ 48.488, em 2016) ainda não registrado contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

Entretanto, no exercício de 2017, foram utilizados R\$ 2.388 que corresponde a 34% sobre R\$ 7.023 (em 2016 houve a constituição de R\$ 116, que corresponde a 34% de R\$ 342) para compensação nas apurações fiscais de IRPJ e CSLL.

Com relação às disposições trazidas pela Lei nº 12.973/2014, a qual trouxe mudanças relacionadas aos tributos IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, cuja vigência inicia-se em 1º de janeiro de 2015, a Companhia optou pela adoção antecipada da mesma, que, entretanto, não trouxe impactos contábeis nas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

b) Tributos diferidos passivos

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste a valor justo do investimento em CPFL Energia, conforme detalhado na nota explicativa nº 6, calculados pelas alíquotas 25% e 9%, respectivamente, são demonstrados como segue:

	2017	2016
Ajuste ao valor justo do investimento	-	21.750
IR Diferido s/ ajuste a valor justo (25%)	-	(5.438)
CD Diferido s/ ajuste a valor justo (9%)	-	(1.957)
Total imposto diferido s/ ajuste a valor justo (34%)	-	(7.395)

Notas Explicativas

6 INVESTIMENTOS

Investimento em CPFL Energia

A Companhia detinha participação societária de 0,1247% na controlada em conjunto CPFL Energia até 19 de setembro de 2016. Tal participação estava avaliada ao método de equivalência patrimonial (MEP), em conformidade com o CPC 18 “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, por exercer influência significativa em decorrência de seu direito de nomear, em conjunto com Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações (“Energia SP FIA”), principal acionista da Bonaire, um membro para o Conselho de Administração e outro para Conselho Fiscal da CPFL Energia.

Em 13 de setembro de 2016, o Conselho de Administração da Bonaire aprovou a venda de 10.000 ações ordinárias de emissão da CPFL Energia vinculadas ao Acordo de Acionistas ao preço unitário de R\$ 23,81 para o Energia SP FIA. Tais ações foram transferidas ao Energia SP FIA em 19 de setembro de 2016, momento o qual a Bonaire deixou de fazer parte do Bloco de Controle da CPFL Energia, passando a deter uma participação de 0,1237% do capital da investida.

Seguindo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 “Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração”, a Companhia passou a classificar o investimento, equivalente à 1.259.386 ações da CPFL Energia, como ativo financeiro disponível para venda, o qual está registrado no ativo não circulante, com seus ganhos e eventuais perdas, provenientes de ajuste inicial ao valor justo, registrado no resultado. As variações posteriores no valor justo são registradas no patrimônio líquido, onde permanecerão até a efetiva realização, ou quando uma eventual perda for considerada irreversível.

A avaliação do investimento pelo Método de Equivalência Patrimonial até 18 de setembro de 2016 pode ser demonstrado como segue:

	<u>18/09/2016</u>
Saldo no início do período	9.570
Resultado de equivalência patrimonial	833
Efeito de equivalência patrimonial sobre o resultado abrangente da investida (a)	(504)
Dividendos prescritos na investida	2
Saldo no final do Período	<u>9.901</u>

(a) Aplicação do percentual de participação da Companhia sobre o resultado abrangente da CPFL Energia.

Para valorização a valor justo a Companhia utilizou como referência o preço das ações ordinárias da CPFL Energia negociadas em bolsa (CPFE3).

Atualização do investimento a valor justo

Investimento em 18/09/2016	9.901
Alienação de 10.000 ações ordinárias CPFL Energia em 19/09/2016	(78)
Entrega de 10.000 ações CPFL Energia com redução de capital em 21/10/2016 (*)	(77)
Investimento em 31/12/2016	<u>9.746</u>
Ajuste a valor justo inicial do investimento em 19/09/2016 (R\$ 24,16 por ação)	20.603
Ajuste a valor justo do investimento de 20/09/2016 a 31/12/2016 (R\$ 25,21 por ação)	<u>1.147</u>
Investimento em CPFL energia a valor justo em 31/12/2016	31.497
Ajuste a valor justo do investimento de 01/01/2017 a 29/11/2017 (R\$ 25,28 por ação)	87
Investimento em CPFL energia a valor justo em 29/11/2017	<u>31.584</u>

Notas Explicativas

(*) Com a redução do capital da Companhia mediante a entrega de 10.000 ações da CPFL Energia ao seu acionista Energia SP FIA, conforme detalhado na nota 7.1.2, a Companhia passou a deter 1.249.386 ações da CPFL Energia.

6.1 Alienação do investimento em CPFL Energia

Em decorrência da alienação do controle da CPFL Energia, nos termos do artigo 254-A da Lei 6.404/76, foi divulgado ao mercado em 31 de outubro de 2017 o Edital de Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da CPFL Energia (“OPA”).

Na Reunião do Conselho de Administração da Bonaire realizada em 24 de novembro de 2017 foi aprovada a adesão à OPA da CPFL Energia. Como consequência, no leilão da OPA realizado em 30 de novembro de 2017, foi alienada a totalidade de ações da CPFL Energia detidas pela Companhia, ao preço por ação ordinária de R\$ 27,69, no montante de R\$ 34.595.

O ganho de capital da OPA em relação ao valor justo do investimento está demonstrado conforme segue:

Quantidade de ações CPFE3L detidas pela Bonaire	1.249.386
PU OPA (em R\$)	27,69
Valor de venda	34.595
Valor justo do investimento	31.584
Ganho de capital da OPA	3.011

Com a alienação das ações, os valores reconhecidos no patrimônio líquido relativos ao ajuste a valor justo do investimento foram transferidos para o resultado da Companhia, de modo a compor o ganho de capital da operação em conjunto com o ajuste a valor justo do reconhecimento inicial do ativo classificado como disponível para venda, apurado no resultado do exercício de 2016.

A composição do ganho de capital total da operação está demonstrada como segue:

AVJ reconhecimento inicial no resultado em 2016	20.603
AVJ reconhecido no resultado em 2017	1.234
Ganho OPA	3.011
Corretagem e emolumentos	(14)
Ganho de capital total da operação	24.835

7 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	2017	2016
IRPJ e CSLL	5.548	-
	5.548	-
PIS e COFINS	16	21
Tributos retidos s/ serviços tomados	4	21
	20	42

Notas Explicativas

8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social da Bonaire está representado por 66.728.878 ações ordinárias escriturais sem valor nominal. A participação acionária está assim distribuída:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de Ações (ON)</u>	<u>Participações %</u>
Energia SP FIA	66.728.877	99,99
Demais acionistas	1	0,01
	<u>66.728.878</u>	<u>100,00</u>

O acionista Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações é controlado por fundos de pensão (cotistas), nas seguintes proporções:

<u>Cotistas</u>	<u>%</u>
Fundação CESP	44,39
Fundação SISTEL de Seguridade Social	32,23
Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS	22,78
Fundação SABESP de Seguridade Social – SABESPREV	0,60
	<u>100,00%</u>

8.1.1 Redução de Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de agosto de 2016, os acionistas aprovaram a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 77, sem o cancelamento de ações, por considerá-lo excessivo para a consecução dos objetivos sociais, com base no artigo 173 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S/A”) e a restituição ao acionista Energia SP FIA mediante a entrega de 10.000 (dez mil) ações ordinárias de emissão da CPFL Energia S.A ao valor contábil de R\$ 7,66 (sete reais e sessenta e seis centavos) por ação, na data-base de 31 de julho de 2016.

Respeitado o prazo de 60 dias previsto no §2º do artigo 174 da Lei 6.404/76 para oposição de credores, a redução do capital da Bonaire se tornou efetiva em 10 de outubro de 2016.

Em virtude de tal redução, o capital social da Companhia passou de R\$ 42.822 para R\$ 42.745, não havendo cancelamento de ações de emissão da Bonaire.

8.2 Distribuição de Resultados

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos aos acionistas calculados em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

A base de cálculo dos dividendos, bem como as antecipações efetuadas e o valor proposto relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é a seguinte:

Notas Explicativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	8.425	18.198
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.106	4.550
Reversão de reserva legal	-	15
JCP deliberados em RCA imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios	(4.177)	(3.800)
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	-	(765)
Dividendos adicionais propostos	-	(13.648)
Reserva de lucros a realizar	(4.248)	-
Total de proventos distribuído	<u>(4.177)</u>	<u>(18.198)</u>
Percentual da distribuição proposta em relação ao lucro líquido do exercício	49,58%	100,00%

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de dezembro de 2016, foi deliberada a distribuição de juros sobre capital próprio referente à antecipação do resultado do exercício de 2016 no montante de R\$ 3.785 e correspondente a R\$ 0,056946859 por ação do capital social e R\$ 15 referente à reversão da reserva legal, conforme comentado na nota 7.3.

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2017, foi deliberada a distribuição de juros sobre capital próprio referente à antecipação do resultado do exercício de 2017 e imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 3.851, correspondente ao valor R\$ 0,057711146 por ação do capital social.

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de dezembro de 2017, foi deliberada a distribuição de juros sobre capital próprio referente à antecipação do resultado do exercício de 2017 e imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 326, correspondente ao valor R\$ 0,004885441 por ação do capital social.

8.3 Reserva de Lucros

a) Reserva Legal

A reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do Lucro Líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta reserva é de R\$ 8.550. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício de 2017 por ter atingido o limite legal de 20% do capital social.

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de dezembro de 2016 foi deliberada a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 15, equivalente ao excesso remanescente do saldo da reserva legal, em virtude da redução do capital social ocorrida, conforme determinação do artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

b) Dividendos adicionais propostos

De acordo com as práticas contábeis, a parcela que excede ao dividendo mínimo obrigatório só será provisionada após aprovação em Assembleia Geral Ordinária, momento pelo qual passa a atender aos critérios de obrigação conforme determinado pelo CPC 25. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não destinou dividendos adicionais propostos.

Notas Explicativas

Ressalta-se que no exercício de 2017 foi deliberado em Reunião do Conselho de Administração o montante total de R\$ 4.177 a título de juros sobre o capital próprio referente à antecipação do resultado do exercício de 2017 e imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios, montante esse que supera o limite de remuneração mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e conforme disposto no artigo 31 do estatuto social da Companhia .

9 LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

10 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(473)	(1.405)
Propaganda e publicidade	(66)	(41)
Associações e entidades de classe	(107)	(88)
Outras	(16)	(95)
	<u>(662)</u>	<u>(1.629)</u>

11 RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro da Companhia provém basicamente de remunerações de aplicações financeiras em fundo de investimento de curto prazo e atualização monetária de impostos a recuperar cujo saldo incide taxa SELIC. Além disso, a Companhia reconhece mensalmente a variação monetária passiva de CDI sobre o montante de dividendos a pagar.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Renda de aplicações financeiras	339	420
Variação monetária ativa s/ tributos a compensar	4.053	5.293
Dividendos recebidos	272	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(204)	(266)
IOF incidentes sobre aplicações financeiras	(29)	-
Variação monetária passiva s/ dividendos a pagar	(1.047)	(524)
	<u>3.384</u>	<u>4.923</u>

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados dos ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Notas Explicativas

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Natureza	Categoria	Nível (*)	2017		2016	
			Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	13.366	13.366	2.407	2.407
Investimento CPFL Energia	Disponíveis para venda	Nível 1	-	-	31.497	31.497

O investimento em ações da CPFL Energia, classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo por meio dos outros resultados abrangentes, estavam registrados no ativo não circulante e os ganhos e eventuais perdas, provenientes de ajuste ao valor justo, eram registrados no patrimônio líquido, onde permaneceram até a efetiva realização dos títulos, de acordo com o CPC 38.

Quanto à valorização dos Instrumentos Financeiros, o CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são: (i) Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; (ii) Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços) e, (iii) Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Risco de crédito

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a natureza das operações da Companhia.

c) Risco de taxa de juros

O resultado financeiro da Companhia está suscetível a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras indexadas ao CDI. Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em resultado financeiro menor por conta de flutuações nas taxas de juros, que reduzem as receitas financeiras relativas a estas aplicações.

d) Risco de taxa de câmbio

A Companhia não está suscetível a este risco, uma vez que não possui operações atreladas a moeda estrangeira.

Notas Explicativas

e) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação da taxa de juros, conforme demonstrado:

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2017 seja mantido, e (ii) que o CDI anual acumulado nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneça estável (CDI: 9,93% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações contábeis para os próximos 12 meses seria uma receita financeira de R\$ 1.327. Caso ocorram oscilações no CDI de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário 1 (*)	Redução do índice em 25% (**)	Redução do índice em 50% (**)
Instrumentos financeiros ativos	13.366	baixa do CDI	(410)	(640)	(869)
Total de redução da receita financeira			(410)	(640)	(869)

(*) Para a análise de sensibilidade do cenário 1 foi considerado o CDI de 6,86% conforme informações disponibilizadas pelo mercado e comparadas com o CDI acumulado dos últimos 12 meses.

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de redução dos índices foram aplicados sobre os índices do cenário 1.

13 TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a redução de capital mencionada na nota explicativa 7.1.1, no valor de R\$ 77, não envolveu caixa e, portanto, não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não ocorreram transações com essa característica.

14 PARTES RELACIONADAS E REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia é controlada pelo fundo Energia São Paulo FIA, que por sua vez é controlado pelos seguintes fundos de pensão (quotistas do fundo): (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

A Companhia não realizou qualquer pagamento ao pessoal-chave da administração, assim como não há remuneração baseada em ações da própria Companhia ou incentivos de longo prazo.

* * *

Martin Roberto Glogowsky – Diretor Presidente
 Carlos Alberto Cardoso Moreira – Diretor Administrativo
 Flávio Freitas Thomaz Pereira – Contador CRC RJ 081603/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores da
BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bonaire Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bonaire Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Contudo, a Companhia na data de 30 de novembro de 2017 alienou a totalidade de Ações da CPFL Energia S.A. detidas pela Companhia, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e nº 6 às demonstrações contábeis. Em decorrência dessa alienação, a Companhia deixou de ter participação em outras sociedades, ficando a cargo de sua Administração analisar e decidir sobre a continuidade da Companhia, considerando que a Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária e possui créditos fiscais a serem restituídos pela Receita Federal mencionadas na nota explicativa nº5.1. Esse evento ou condição, indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de retomada e continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Alienação do ativo financeiro – ações da CPFL Energia S.A.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e nº 6 às demonstrações contábeis, em 13 de setembro de 2016, a Companhia aprovou a venda de 10.000 ações ordinárias de emissão da CPFL Energia S.A. ("CPFL") vinculadas ao acordo de acionistas e estas ações foram transferidas ao Energia SP FIA, controlador da Companhia, no dia 19 de setembro de 2016. Com a venda destas ações a Companhia perdeu influência significativa que exercia sobre a CPFL Energia S.A. e conseqüentemente, o restante do investimento detido na CPFL Energia S.A., que era até aquela data contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, passou a ser contabilizado como um ativo financeiro, classificado como disponível para venda. Em 24 de novembro de 2017 foi deliberada a adesão à oferta pública de aquisição de ações ordinárias de emissão da CPFL Energia S.A. Conseqüentemente, em 30 de novembro de 2017, foi alienada a totalidade das ações da CPFL Energia S.A. detidas pela Companhia no montante de R\$ 34.595. Por ser uma transação fora do curso normal da Companhia, bem como sendo o seu principal ativo financeiro, consideramos este item como um principal assunto de auditoria.

Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados ao ativo financeiro. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, testes sobre alienação da totalidade das ações ordinárias mencionadas na deliberação a adesão à oferta pública de aquisição de ações ordinárias ao acordo de acionistas por meio de revisão de atas e documentação comprobatória da alienação, e análise das bases contábeis, incluindo a realização do valor justo e dos impostos diferidos que suportavam o registro do ativo financeiro, classificado como disponível para venda. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que a mensuração e divulgação do ativo financeiro são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Realização dos impostos a recuperar – Imposto de Renda e Contribuição Social

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.1 às demonstrações contábeis, a Companhia possui tributos compensáveis que são compostos, principalmente, por imposto de renda retido na fonte incidente sobre aplicações financeiras e antecipações de imposto de renda e contribuição social nos montantes de R\$ 50.711 e R\$ 4.952, respectivamente. A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagos a maior e não utilizados para a compensação dos tributos correntes. Em 31 de dezembro de 2017, o montante pleiteado corresponde a R\$ 55.672. Por ser o maior ativo da Companhia, bem como pelo julgamento da administração acerca da realização desses créditos, consideramos este item como um principal assunto de auditoria.

Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados a esses créditos tributários. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, testes sobre o confronto entre obrigação acessória que formaliza o crédito para autoridade tributária e o controle gerencial que suporta o número contábil, realizamos a atualização monetária do respectivo ativo com a taxa Selic. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que a mensuração e divulgação dos referidos créditos tributários são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 24 de março de 2017, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2018.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/F

Julian Clemente

Contador CRC 1 SP 197232/O-6 – S – RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A

Rio de Janeiro, 20 de março de 2018.

Os diretores da Bonaire, para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Bonaire relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Atenciosamente,

Martin Roberto Glogowsky – Diretor Presidente

Carlos Alberto Cardoso Moreira – Diretor Administrativo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A

Rio de Janeiro, 20 de março de 2018.

Os diretores da Bonaire, para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório da BDO RCS Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Bonaire referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Atenciosamente,

Martin Roberto Glogowsky – Diretor Presidente

Carlos Alberto Cardoso Moreira – Diretor Administrativo